RBGDR

# QUEM É A MULHER CACAUICULTORA NA AMAZÔNIA? UMA ANÁLISE NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, ESTADO DO PARÁ

## WHO IS THE COCOA FARMER WOMAN IN THE AMAZON? AN ANALYSIS IN THE TRANSAMAZON REGION, PARÁ STATE

RBGDR

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V.22, N°4, Edição Especial 2026 | Taubaté/SP - Brasil | ISSN 1809-239x

# QUEM É A MULHER CACAUICULTORA NA AMAZÔNIA? UMA ANÁLISE NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, ESTADO DO PARÁ

## WHO IS THE COCOA FARMER WOMAN IN THE AMAZON? AN ANALYSIS IN THE TRANSAMAZON REGION, PARÁ STATE

**Josinara Galdino Garcia[1] | Miquéias Freitas Calvi[2]**
**Emilio Moran[3] | Igor Cavallini Johansen[4]**
**Alcinei da Silva Araújo[5] | Marcos Antônio Souza dos Santos[6]**

**Recebimento: 25/01/2026**
**Aceite: 29/09/2026**

[1] Mestra em Agronomia (UFRA).
Gerente de Projetos da Earthworm Foundation.
Altamira - PA, Brasil.
E-mail: naraggarcia@gmail.com

[2] Doutor em Ambiente e Sociedade (UNICAMP).
Professor da Universidade Federal do Pará.
Altamira - Pará, Brasil.
E-mail: mcalvi@ufpa.br

[3] Doutor em Antropologia Social (UF).
Professor da Michigan State University.
Michigan, USA.
E-mail: moranef@msu.edu

[4] Doutor em Demografia (UNICAMP).
Professor da Universidade Estadual de Campinas.
Campinas – SP, Brasil.
E-mail: igorcav@unicamp.br

[5] Doutorando em Demografia (UNICAMP).
E-mail: prof.alcineiaraujo96@gmail.com

[6] Doutor em Ciência Animal (UFPA).
Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia.
Belém - PA, Brasil.
E-mail: marcos.santos@ufra.edu.br

## RESUMO

O artigo caracteriza quem são as mulheres cacauicultoras da região da Transamazônica, na Amazônia Oriental brasileira, analisando aspectos sociodemográficos e fundiários a partir de dados primários. A pesquisa baseia-se em questionários estruturados aplicados em 49 unidades produtivas de cacau administradas por mulheres nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará, no período de julho a agosto de 2023. A análise contempla variáveis como idade, escolaridade, origem migratória e acesso à terra. Os resultados identificam perfis marcados por idade avançada, escolaridade básica e trajetórias migratórias, características que evidenciam desigualdades estruturais no acesso à terra e aos recursos produtivos. Essa caracterização configura desigualdades de gênero que limitam o acesso das mulheres à terra, aos recursos produtivos e às políticas públicas, apesar de seu papel central na agricultura familiar amazônica.

**Palavras-chave:** Cacauicultura. Gênero. Amazônia. Mulheres rurais.

## ABSTRACT

The article characterizes who the cocoa-producing women of the Transamazon region, in the Brazilian Eastern Amazon, are by analyzing sociodemographic and land-tenure aspects based on primary data. The study is based on structured questionnaires applied to 49 cocoa production units managed by women in the municipalities of Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, and Uruará between July and August 2023. The analysis considers variables such as age, educational level, migratory origin, and access to land. The results identify profiles marked by advanced age, basic formal education, and migratory trajectories, characteristics that reveal structural inequalities in access to land and productive resources. This characterization highlights gender inequalities that limit women's access to land, productive resources, and public policies, despite their central role in Amazonian family farming.

Keywords: Cocoa farming. Gender. Amazon. Rural women.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é o país com a sexta maior área cultivada com cacaueiros (*Theobroma cacao* L.) e, em 2024, produziu 297.509 toneladas, mantendo-se entre os principais produtores globais (IBGE, 2024). Os estados com maior produção são Pará e Bahia, que, juntos, respondem por aproximadamente 92% da produção nacional. Os 8% restantes ficam a cargo dos estados do Espírito Santo, Rondônia, Amazonas e Roraima (IBGE, 2024).

A região da Transamazônica, situada no Sudoeste do estado do Pará, na microrregião geográfica de Altamira, configura-se como o principal polo produtor de cacau do estado e, desde os anos 2000, como principal polo de expansão da cacauicultura nacional (Calvi *et al*., 2020; Santos *et al.*, 2023.). Compreendendo os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, essa região concentra uma área cultivada superior a 104 mil hectares, responsáveis por uma produção aproximada de 92 mil toneladas de amêndoas, em 2024, com produtividade média de 883 kg/ha, destacando-se em relação à média nacional, que é de apenas 482 kg/ha (IBGE, 2024). Embora a região da Transamazônica e microrregião de Altamira compreendam o mesmo espaço geográfico, por opção metodológica, esse estudo utilizará a descrição "região Transamazônica", por ser a expressão que agrega e constitui a identidade territorial do principal polo cacauicultor do estado do Pará.

Apesar de sua riqueza em biodiversidade, vasta extensão territorial, condições edafoclimáticas favoráveis à produção de cacau e uma acentuada tendência de crescimento da produção e

do mercado, a cacauicultura regional guarda uma dimensão socioeconômica invisibilizada: o papel fundamental desempenhado pelas mulheres em toda a cadeia produtiva. Dados do Censo Agropecuário de 2017, com recorte específico para estabelecimentos de lavouras permanentes, evidenciam que centenas de mulheres estão à frente da gestão produtiva nesses municípios. Pacajá contabiliza 562 mulheres responsáveis por estabelecimentos agropecuários desse tipo, seguidas por Uruará (524), Medicilândia (501), Altamira (442), Anapu (305), Senador José Porfírio (304), Brasil Novo (206) e Vitória do Xingu (161), sendo a maioria gestoras inseridas no âmbito da agricultura familiar (IBGE, 2017). Esses números demonstram uma importante presença feminina na direção de propriedades vinculadas à produção de culturas permanentes como o cacau, embora tal protagonismo siga desvalorizado nos espaços formais de reconhecimento, tais como gestão de cooperativas, associação de produtores, dentre outros.

No município de Medicilândia, o maior produtor de cacau na região da Transamazônica e do Brasil, o trabalho desempenhado pelas mulheres na cadeia do cacau, embora essencial em todas as etapas da cadeia produtiva, ainda enfrenta desafios significativos, desde a falta de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido até a não identificação como trabalhadora rural, o que dificulta, por exemplo, o acesso às políticas públicas como benefícios trabalhistas e previdenciários (Lima e Garcia, 2023).

As disparidades continuam a influenciar o cotidiano das mulheres no meio rural. Historicamente, a estrutura econômica rural caracteriza-se pela segregação de gênero nas ocupações laborais. Tipicamente, os homens se envolvem em atividades econômicas que resultam em emprego, ocupação e renda, ao passo que as mulheres tendem a se dedicar às atividades domésticas e produtivas voltadas para o consumo interno da família, resultando escassez de oportunidades assalariadas e baixa obtenção de renda (Butto e Dantas, 2011).

Com o passar dos anos, a atuação da mulher, particularmente no âmbito produtivo e social, vem ganhando importância em meio ao debate sobre o desenvolvimento rural, tanto nos estudos empíricos como na incorporação das questões de gênero nas políticas públicas (Staduto; Nascimento; Souza, 2013). De acordo com Lagarde (1996), se as mulheres fossem incluídas no processo de desenvolvimento, as comunidades, países e todas as nações teriam melhores níveis

de qualidade de vida e condições de sobrevivência. Porém, ao excluir pelo menos a metade da população do acesso aos bens, recursos e aos espaços de poder, o modelo de desenvolvimento atribui prioridade aos interesses masculinos, gerando desigualdades e pobreza.

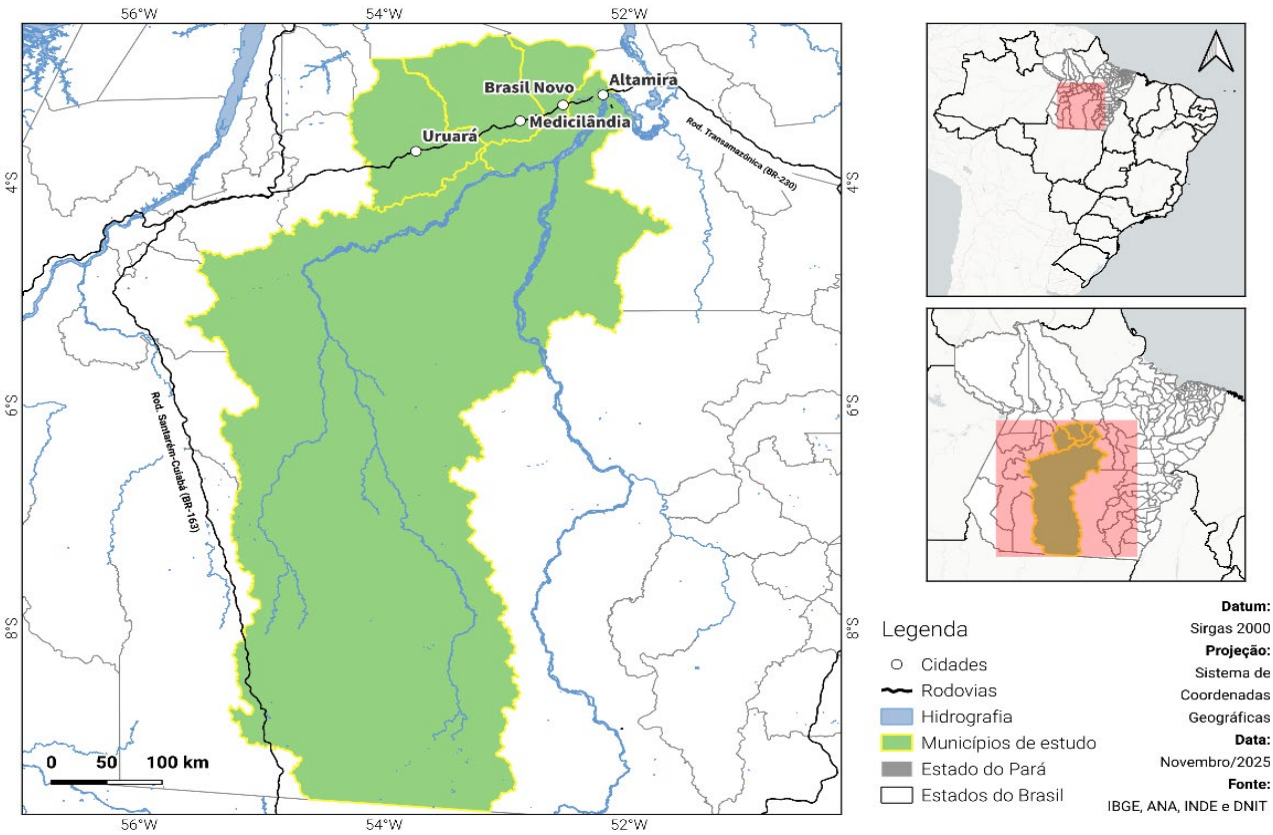
O impacto das iniciativas voltadas à ampliação da participação das mulheres na agricultura, na gestão das propriedades e processo de tomada de decisão, por exemplo, reflete na diminuição da pobreza nos lares, no aumento da sustentabilidade e produtividade dos sistemas agrícolas, bem como na promoção da segurança alimentar (FAO, 2011). Na região da Transamazônica, objeto desta pesquisa, a ampliação dessas iniciativas também tende a fortalecer o protagonismo feminino em toda a cadeia produtiva da cacauicultura.

Nesse contexto, compreender quem são essas mulheres torna-se fundamental. Este artigo busca responder à seguinte pergunta: quem é a mulher cacauicultora da Amazônia? A partir da realidade da região da Transamazônica, procura-se caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres que lideram unidades de produção de cacau, refletindo sobre como esse perfil molda suas trajetórias. O objetivo é contribuir para a visibilidade dessas mulheres e ampliar a compreensão sobre seu papel na cacauicultura amazônica. A análise é orientada por uma perspectiva interseccional que considera como gênero, idade e raça estruturam desigualdades no acesso à terra e na condução das propriedades.

## METODOLOGIA

A pesquisa de campo abrange parte dos municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará (Figura 1), com levantamento de campo em estabelecimentos rurais distribuídos em dezenas de estradas vicinais e ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230), no segmento que vai dos quilômetros 15 ao 140, a Oeste da cidade de Altamira. Os quatro municípios compreendem área territorial de aproximadamente 184,9 mil km$^2$, e foram responsáveis por aproximadamente 52% da produção de amêndoas de cacau no estado do Pará, em 2024 (IBGE, 2024).

**Figura 1** | Municípios de estudo.




Elaboração: Lucas Lima (2025).

Os dados de campo são parte de uma pesquisa de painel amostral longitudinal de longa duração, que busca compreender as influências de grandes programas de colonização na Amazônia e dos grandes projetos de infraestrutura sobre as transformações nos sistemas de produção agropecuária. O universo amostral inicial da pesquisa abrange 402 propriedades rurais, que ocupam 404,7 mil hectares, divididos em 3.916 lotes conforme a grade fundiária original do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Essas propriedades amostradas foram selecionadas aleatoriamente e estratificadas com base em coortes de período de ocupação dos lotes por colonos migrantes (Calvi, 2019).

Os levantamentos de dados da pesquisa de painel ocorreram em quatro períodos distintos (1997/98, 2005, 2015 e 2023), entretanto, para esse estudo utilizou-se dados do último levantamento (2023), que identificou que dentre essas propriedades amostradas, 236 desenvolviam a cacauicultura, sendo identificadas 49 propriedades administradas por mulheres. Estas constituem o grupo amostral final desse estudo. As 49 propriedades representam o total de estabelecimentos geridos por mulheres dentro da amostra original probabilística, não constituindo uma subamostra selecionada, mas o conjunto completo de gestoras identificadas.

Esta etapa da pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processos nº 2012/51465-0 e 2019/17113-9), e o levantamento de campo foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 68628123.7.0000.8142).

A aplicação dos questionários foi realizada entre julho e agosto de 2023, com auxílio de tablets utilizando o aplicativo Survey 123, integrado ao software ArcGIS, o que facilitou o registro das respostas e a geolocalização das propriedades rurais. As entrevistas foram direcionadas, sempre que possível, aos casais chefes de família ou aos indivíduos considerados como os mais conhecedores dos aspectos produtivos e domésticos. No caso das 49 propriedades que compõem a amostra deste estudo, foram entrevistadas as mulheres.

O instrumento de coleta abordou variáveis como posse da terra, condições de moradia, faixa etária, identificação racial, escolaridade, área da propriedade, atividades econômicas desenvolvidas, dentre outras informações.

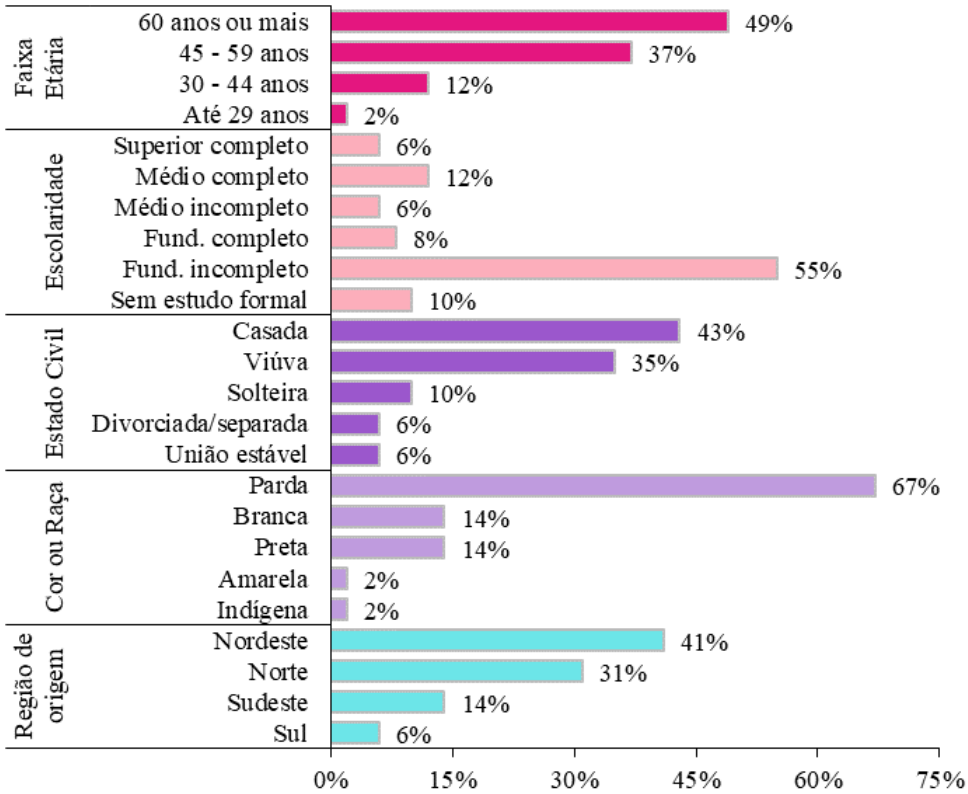
A análise dos dados foi realizada a partir de informações organizadas em planilhas do software Microsoft Excel, contendo dados das propriedades produtoras de cacau, com foco nas unidades gerenciadas por mulheres. Inicialmente, procedeu-se ao tratamento dos dados, incluindo organização e limpeza das informações, visando garantir a precisão das análises. Em seguida, os dados foram importados para o programa Looker Studio, no qual foram elaborados gráficos e tabelas dinâmicas, possibilitando uma visualização mais clara das características e tendências relacionadas à atuação das mulheres na cacauicultura.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

## PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

A Figura 2 apresenta a síntese do perfil sociodemográfico das mulheres cacauicultoras entrevistadas, incluindo informações sobre faixa etária, escolaridade, estado civil, autodeclaração racial e região de origem.

**Figura 2** | Perfil sociodemográfico das mulheres cacauicultoras da Transamazônica.




Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração própria.

A maioria das mulheres entrevistadas está na faixa etária acima de 60 anos (49%), seguida por aquelas com idades entre 45 e 59 anos (37%), e de 30 a 44 anos (12%). A participação residual foi observada entre as mulheres jovens com até 29 anos (2%). Quanto ao grau de escolaridade, predominam aquelas com ensino fundamental incompleto (55%), seguidas por mulheres com ensino médio completo (12%) e 10% que não possuem estudos formais. Em menor número estão as que completaram o ensino fundamental (8%), ensino superior completo (6%) e ensino médio incompleto (6%).

No que se refere ao reconhecimento étnico-racial, 67% das mulheres se autodeclararam pardas, enquanto 14% se identificaram como brancas, 14% como pretas, e apenas 2% como amarelas e 2% como indígenas. Estes resultados são compatíveis com os dados do Censo Agropecuário de 2017 para os municípios pesquisados, em que 62,6% das mulheres que gerenciavam estabelecimentos da agricultura familiar se autodeclararam pardas (IBGE, 2017). Essa convergência reforça a representatividade das entrevistadas em relação ao universo de agricultoras familiares destes municípios.

A origem das participantes reflete a migração e a integração de diferentes contextos regionais no ambiente rural da Transamazônica, fenômeno associado ao processo de povoamento desencadeado pela colonização da região. Foi identificado que essas mulheres vieram de seis estados diferentes, com a maior parte, 41%, oriundas da região Nordeste, 31% da região Norte, 14% da região sudeste e 6% da região sul. Parte das entrevistadas são filhas de migrantes de outras regiões, mas já nascidas na região da Transamazônica, o que justifica o elevado percentual de mulheres identificadas como da região Norte.

Em relação ao estado civil, observa-se predominância de mulheres casadas (43%) e viúvas (35%), enquanto solteiras (10%), divorciadas ou separadas (6%) e em união estável (6%) representam proporções menores. A elevada proporção de viúvas constitui um aspecto relevante do perfil sociodemográfico da amostra. É uma condição mais frequente em idades avançadas, o que ajuda a explicar sua expressiva ocorrência, considerando que 49% das participantes tinham 60 anos ou mais. Esse resultado reflete o processo de feminização da velhice, caracterizado pela maior longevidade feminina e pela predominância das mulheres na população idosa brasileira, fatores que contribuem para uma maior incidência de viuvez entre as mulheres (Cepellos, 2021).

Nessa etapa da vida, muitas mulheres assumem a condução das propriedades familiares, seja para preservar o patrimônio e garantir a continuidade da produção agrícola, seja como expressão de autonomia e reconfiguração de papéis tradicionais no espaço rural. Assim, o protagonismo feminino na gestão das unidades produtivas não deve ser visto apenas como resultado de transformações familiares, mas também, como uma resposta ativa às lacunas estruturais do meio rural, como a ausência de sucessão geracional e a escassez de políticas públicas efetivas, que incentivem a permanência de jovens no campo. Ainda que o estudo não tenha investigado diretamente a sucessão rural, os achados

sobre envelhecimento feminino permitem inferir tendências relacionadas à continuidade da atividade e aos desafios intergeracionais na gestão das propriedades.

Essa tendência intergeracional de ampliação da participação feminina na gestão também é observada em outros contextos da cacauicultura. Trzeciak (2025) identificou que, entre os agricultores mais idosos na região da Transamazônica, apenas 11% das propriedades são conduzidas por mulheres, enquanto entre os produtores mais jovens esse percentual sobe para 21%, mostrando avanços graduais no protagonismo feminino e na reconfiguração dos papéis de gênero no meio rural. Ainda assim, a autora ressalta que a presença das mulheres em posições de liderança continua minoritária, revelando os limites estruturais que dificultam sua consolidação nos espaços de decisão.

A interseccionalidade entre gênero e idade permite compreender como o envelhecimento feminino está associado às desigualdades acumuladas. As hierarquias sociais se reforçam quando múltiplas dimensões, como gênero, idade e classe, se sobrepõem (Collins e Bilge, 2020). No contexto das mulheres cacauicultoras, observa-se que as mais velhas enfrentam limitações adicionais por pertencerem a gerações que tiveram restrito acesso à educação e formação técnica, o que ainda influencia seu reconhecimento e autonomia produtiva.

Em estudo realizado com mulheres produtoras de cacau no Espírito Santo, Pinheiro *et al.* (2022) constataram que a maioria possuía, no máximo, o ensino fundamental, resultado semelhante ao encontrado nesta pesquisa. Essa baixa escolaridade restringe o acesso a tecnologias, gestão, políticas públicas e processos decisórios (Tirelli e Pedroso, 2017) e compromete o desenvolvimento da autoconfiança e da autonomia (Santos e Rios, 2023). A educação, como destaca Sen (2000), amplia as capacidades individuais e está diretamente associada ao empoderamento e às escolhas sociais e produtivas. Embora os dados revelem baixo nível educacional, é importante notar que 90% das entrevistadas possuem algum grau de escolaridade, ainda que incompleto, indicando avanços intergeracionais no acesso à educação rural.

Os resultados reforçam as dinâmicas de identificação racial no Brasil. Segundo o Censo Demográfico brasileiro, de 2022, 45,3% da população se declarou parda, superando pela primeira vez o número de brancos (43,5%), desde 1991. No Norte do país, os pardos constituem o maior percentual da população (67,2%), com o Pará apresentando a maior proporção de pardos, 69,9% (IBGE, 2023).

Essa autodeclaração reflete um fenômeno comum no país, onde muitas mulheres enfrentam a dificuldade de se reconhecerem como negras devido à construção social do termo “pardo”, historicamente utilizado para amenizar a negritude (Maio e Santos, 1996). No estudo de Silva (2023), que entrevistou mulheres negras no Rio Grande do Sul, observou-se que muitas só se identificaram como negras na vida adulta, geralmente após vivências coletivas. Esse reconhecimento tardio trouxe a necessidade de ressignificar traços físicos e a identidade racial para enfrentar o racismo e os estereótipos sociais.

O recorte interseccional raça-gênero oferece uma ferramenta analítica importante para aferir as relações de poder que moldam as experiências das mulheres (Collins e Bilge, 2020). No caso das mulheres cacauicultoras, essa dificuldade de autoidentificação pode ser vista como parte de um processo mais amplo de invisibilização das mulheres negras no Brasil, onde o racismo estrutural e as dinâmicas de poder dificultam a consolidação de uma identidade negra. Essa situação pode estar ligada à “demora no reconhecimento” racial que ocorre em diversos contextos sociais brasileiros.

Além das dimensões de idade e raça, a configuração familiar das entrevistadas reforça as transformações demográficas. O número médio de 2,9 pessoas por domicílio indica a predominância de núcleos familiares reduzidos, o que implica potencialmente menor disponibilidade de mão de obra para as atividades agrícolas. Essa redução populacional tem levado as famílias a adotarem estratégias alternativas de gestão, como a contratação de trabalhadores externos, ao mesmo tempo em que aprofunda a sobrecarga feminina na conciliação entre o trabalho produtivo e as tarefas domésticas não remuneradas (Schneider *et al.*, 2020; Meus e Ethur, 2021).

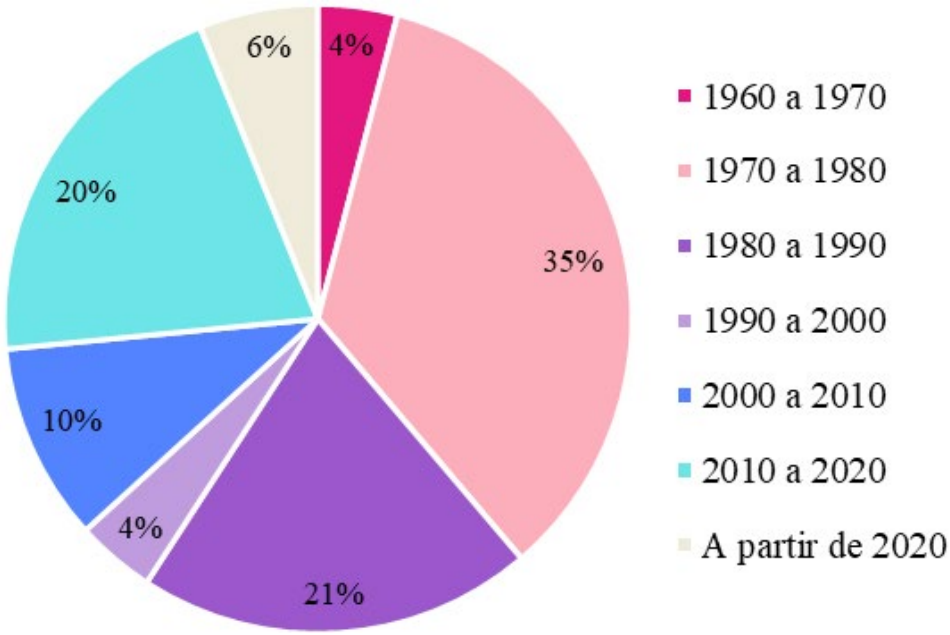
O estado civil e as normas culturais, historicamente associadas ao acesso à terra, continuam a influenciar o reconhecimento institucional das mulheres como gestoras. O casamento ainda atua como mediador do acesso à propriedade, refletindo uma herança patriarcal que vincula a identidade de agricultora à figura masculina (Tirelli e Pedroso, 2017; Paulilo, 2003). Embora esse padrão persista, as trajetórias das mulheres cacauicultoras revelam processos crescentes de autonomia, expressos em casos de chefia por separação, herança direta ou aquisição própria de terras. Tais experiências indicam uma ampliação do protagonismo feminino na agricultura familiar amazônica, ainda que permeada por desigualdades de gênero, raça e geração.

As trajetórias das mulheres entrevistadas, também são moldadas pela diversidade geográfica e pelos fluxos migratórios que marcaram a história da Transamazônica. A origem das participantes reflete o impacto das políticas de colonização implementadas a partir da década de 1970, com o Programa de Integração Nacional (PIN), que estimulou a ocupação dos chamados "vazios demográficos" da Amazônia, atraindo famílias de várias regiões do país com promessas de terra e oportunidades (Silva Neto, 2001). Esse movimento consolidou o caráter migratório da região e resultou em uma população heterogênea, formada majoritariamente por migrantes nordestinos.

A migração intensificou-se novamente na década de 2010, impulsionada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o que contribuiu para novas dinâmicas de ocupação e para a diversificação do contexto socioeconômico e cultural regional (Freire; Lima; Silva, 2018; Johansen *et al.,* 2024).

Os dados da pesquisa indicam que 35% das mulheres adquiriram suas propriedades entre 1970 e 1980 (Figura 3), período de maior incentivo governamental de acesso à terra na região, enquanto outra parcela significativa o fez nas décadas mais recentes, reforçando a continuidade dos fluxos migratórios e o papel dessas mulheres na consolidação da agricultura regional.

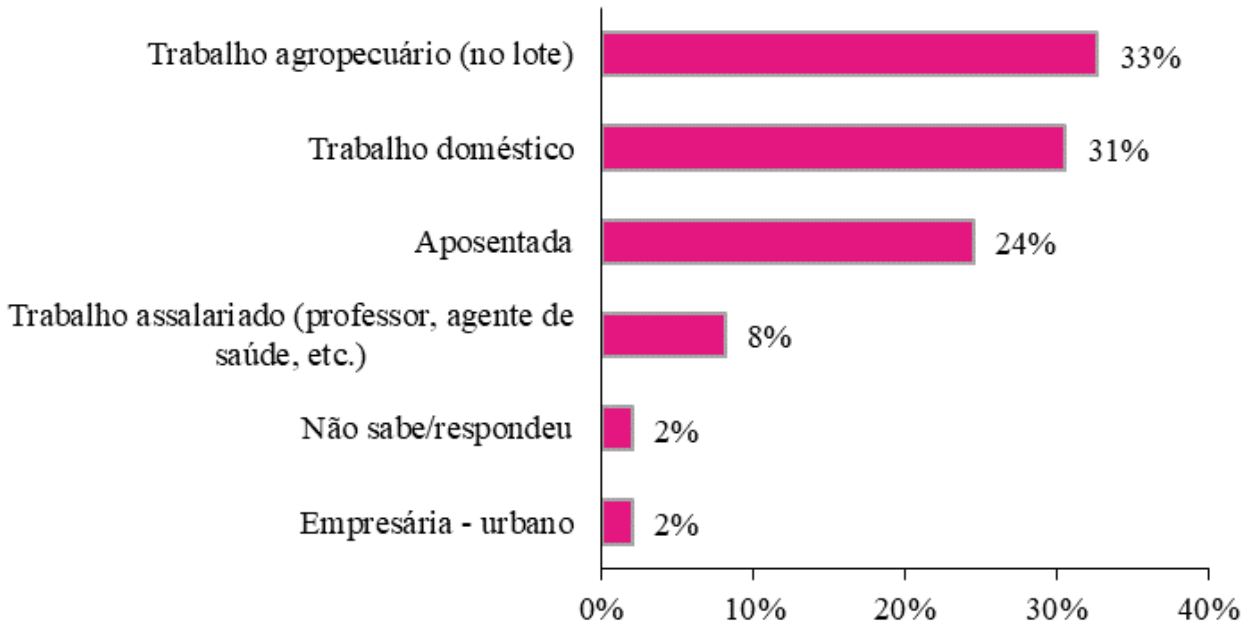
**Figura 3** | Período de aquisição da propriedade.




Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração própria.

Essas diferentes trajetórias de origem e tempo de ocupação influenciam diretamente na organização produtiva e social. As mulheres que migraram há mais tempo tendem a estar mais inseridas nas atividades agrícolas e na gestão das propriedades, enquanto as de chegadas mais recentes apresentam maior diversificação ocupacional. Entre as entrevistadas, 33% indicaram atividades ligadas à propriedade; 31% trabalhos domésticos; 24% recebem aposentadoria; 8% atuam em trabalhos assalariados, como professoras, serventes ou agentes de saúde; 2% são empresárias na cidade (Figura 4). Essa distribuição das ocupações reforça um padrão de dupla jornada para muitas mulheres, que combina o trabalho agrícola na propriedade com as responsabilidades domésticas. Essa sobreposição pode limitar o acesso a capacitação e oportunidades de inserção econômica mais diversificada, perpetuando a dependência de redes de apoio familiar ou de programas de seguridade social (Meus e Ethur, 2021; Schneider *et al*., 2020).

**Figura 4** | Principal ocupação das entrevistadas.




Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração própria.

Além das atividades produtivas e domésticas, os benefícios previdenciários representam uma importante fonte de renda para as famílias. Em 71% dos domicílios há pelo menos uma pessoa aposentada ou pensionista, sendo que 18% contam com dois beneficiários e 2% com três. Apenas 29% não possuem nenhum membro nessa condição, mostrando o papel central da previdência rural como instrumento de sustento e estabilidade financeira no envelhecimento das famílias agricultoras (Tabela 1).

**Tabela 1** | Benefícios sociais e previdenciários.

| Tipo de benefício | Nº de pessoas | Percentual (%) |
|---|---|---|
| Aposentadoria ou pensão | 0 | 29 |
| | 1 | 51 |
| | 2 | 18 |
| | 3 | 2 |
| Outros benefícios | 0 | 84 |
| | 1 | 14 |
| | 2 | 2 |
| Bolsa família | Sim | 22 |
| | Não | 77 |

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração própria.

Em relação aos demais benefícios de saúde e/ou sociais, 16% das famílias recebem algum auxílio adicional, como Benefício de Prestação Continuada (BPC), salário-maternidade ou auxílios diversos, enquanto 84% não contam com nenhum outro benefício. O Programa Bolsa Família foi identificado em 22% dos lares, proporção compatível com o perfil etário predominante das entrevistadas, majoritariamente acima dos 60 anos e, em muitos casos, sem dependentes diretos, condição que limita a elegibilidade ao programa.

A dependência da aposentadoria como principal fonte de renda (24% das entrevistadas) reforça o papel da seguridade social para a sustentabilidade das famílias rurais. Esse dado se relaciona ao perfil etário do grupo e à fragilidade econômica das atividades agropecuárias, que em muitos casos não geram renda superior ao benefício previdenciário. Assim, a aposentadoria assume importância que vai além da dimensão econômica, promovendo autonomia financeira, reconhecimento social e fortalecimento do empoderamento feminino (Correia; Chies; França, 2020).

A pequena parcela de mulheres assalariadas (8%) e empreendedoras (2%) sugere também um movimento ainda tímido em direção à diversificação das ocupações femininas no meio rural. Esse dado merece atenção especial na formulação de políticas públicas voltadas à capacitação, valorização e incentivo

ao empreendedorismo e ao trabalho remunerado de mulheres no campo, especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades de gênero.

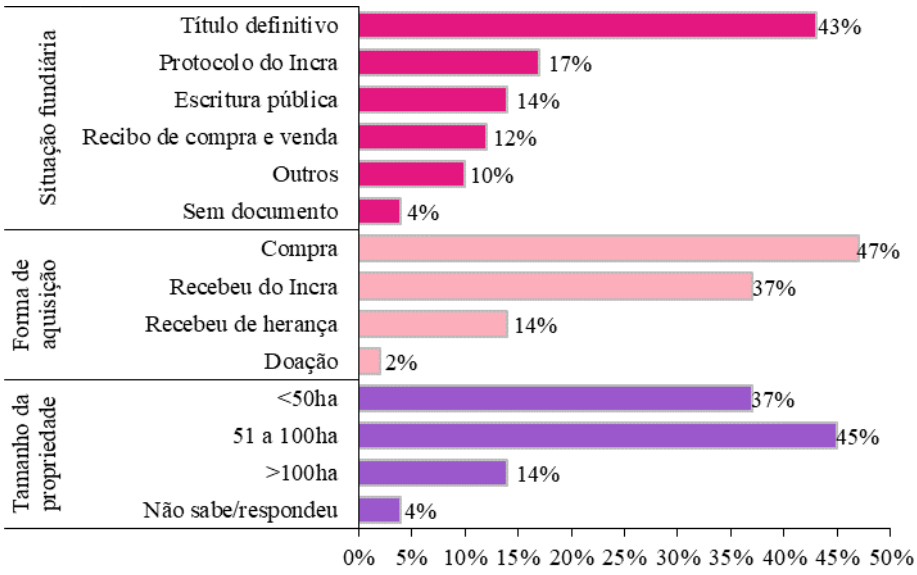
Essa baixa inserção em atividades autônomas ou assalariadas está intimamente ligada às estruturas históricas da divisão sexual do trabalho na agricultura. Historicamente, o trabalho feminino na agricultura tem sido subvalorizado e frequentemente visto como uma extensão das atividades domésticas, apesar de sua relevância para o desenvolvimento rural sustentável (Siliprandi, 2017).

Em síntese, o perfil traçado aponta que a mulher cacauicultora da Transamazônica é, em sua maioria, parda, idosa, com escolaridade básica, que combina atividades produtivas e reprodutivas, e que atua em condições de vulnerabilidade acentuadas pela ausência de políticas públicas estruturadas. Apesar disso, sustenta a base produtiva da cacauicultura familiar na região.

## PERFIL DAS PROPRIEDADES RURAIS

As propriedades administradas por essas mulheres também ajudam a compreender a complexidade de suas trajetórias. As características fundiárias, a forma de aquisição da terra e o tamanho das propriedades revelam contextos de acesso limitado a direitos, heranças e recursos produtivos. A Figura 5 apresenta uma síntese dessas condições.

**Figura 5** | Características das propriedades rurais geridas por mulheres cacauicultoras da região da Transamazônica.




Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração própria.

Em relação à posse da terra, observa-se uma diversidade de situações: 43% das propriedades possuem título definitivo e 14% possuem escritura pública, que são os principais documentos de propriedade, ambos emitidos por órgãos do Estado. Outros 17% apresentam o protocolo do INCRA, um documento preliminar que indica o início de processo de regularização junto ao órgão fundiário, 12% possuem recibo de compra e venda, 4% não possuem qualquer documentação formal e 10% informaram outro tipo de documentação, como processo de doação, por exemplo. Quanto ao modo de aquisição, 47% das propriedades foram compradas, 37% foram recebidas do INCRA por meio de programas de regularização fundiária, 14% foram herdadas, e 2% foram obtidas através de doação.

Os dados indicam que 57% das propriedades possuem algum grau de formalização fundiária (título definitivo ou escritura pública), enquanto as demais operam em condições de segurança fundiária limitada. A posse formal da terra é crucial, especialmente no contexto da agricultura familiar, pois garante maior estabilidade jurídica e facilita a participação em programas de incentivo, como o crédito rural e a assistência técnica. O acesso à titularidade é indispensável para que as mulheres possam participar efetivamente dos processos produtivos no campo e na floresta. A terra não apenas fortalece sua autonomia econômica, mas também garante a subsistência alimentar de suas famílias (Nascimento, 2023).

A presença significativa de propriedades sem documentação formal ou com registros informais, como recibos de compra e venda, indica a persistência de desafios estruturais na efetivação das políticas de segurança fundiária, que afetam de forma mais intensa as mulheres à frente da gestão das propriedades. Estudos apontam que a ausência de documentação oficial reflete, em muitos casos, barreiras históricas e culturais que limitam o acesso das mulheres à terra, perpetuando desigualdades de gênero (Rodrigues *et al*., 2021).

A Constituição federal de 1988 assegurou, em teoria, o direito das trabalhadoras rurais à posse da terra. De acordo com o Art. 189, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Brasil, 1988). Entretanto, na prática, esse direito não foi amplamente efetivado, possivelmente por ser tratado como uma alternativa legal e não como uma exigência (Nascimento, 2023).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 confirmam as barreiras enfrentadas pelas mulheres brasileiras no acesso à titularidade da terra. Dos 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, são geridos por mulheres apenas 19,7% (769.672) na agricultura familiar e 15,2% (176.403) em segmentos não familiares (IBGE, 2017).

Na região da Transamazônica, as mulheres dirigem, em média, 17% dos estabelecimentos da agricultura familiar e 14% dos não familiares (IBGE, 2017). Esses dados confirmam a concentração do acesso à terra sob domínio masculino, particularmente nos estabelecimentos não familiares, onde as desigualdades fundiárias se mostram ainda mais acentuadas.

Complementando esta análise, Hora, Nobre e Butto (2021) destacam que 29,87% das mulheres na agricultura familiar no Brasil não possuem área própria, o que reforça as limitações impostas à autonomia produtiva feminina. Além disso, ao considerar a condição legal da posse, verifica-se que a forma predominante de acesso à terra pelas mulheres é por meio de herança ou doação (Spanevello *et al,* 2022).

Além da predominância dessas formas de aquisição, a sucessão de terras reflete dinâmicas de gênero marcadas por desigualdades na transmissão de patrimônio. Estudos recentes, como o de Liu, Maule e Zhang (2023), realizado nos Estados Unidos, apontam que as decisões de sucessão ainda são influenciadas por pressupostos tradicionais que consideram as mulheres menos aptas para gerir propriedades agrícolas. Contudo, fatores como experiência prévia na agricultura, ocupações relacionadas ao setor e a gestão compartilhada da propriedade aumentam a probabilidade de as filhas serem escolhidas como sucessoras.

Esse cenário também é observado no Brasil. Em pesquisa realizada com mulheres da agricultura familiar e da pesca artesanal em três municípios do Pará, foi identificado que a disposição das filhas em assumir os empreendimentos familiares está associada às múltiplas condições, como apoio familiar, infraestrutura local, identidade com o trabalho rural e reconhecimento social (Monteiro *et al.,* 2023). De modo semelhante, Trzeciak (2025), ao analisar o processo de sucessão geracional na cacauicultura na Transamazônica, destaca que, embora 81% dos agricultores afirmem não ter preferência de gênero na escolha dos sucessores, a mudança de paradigma ocorre de forma gradual, e as decisões sucessórias ainda são influenciadas por estruturas patriarcais que associam a gestão da terra e a liderança familiar a papéis masculinos, restringindo a inserção das mulheres nos processos decisórios e na continuidade das unidades produtivas.

Pontes *et al.* (2024), em estudo realizado em Paragominas (PA), apontam tendência semelhante, ressaltando que, além da continuidade produtiva, a sucessão ideal envolve também o fortalecimento das relações afetivas e da identidade rural, indicando que a permanência das mulheres no campo depende de seu reconhecimento social, simbólico e de pertencimento. Essa realidade destaca barreiras culturais e estruturais que dificultam o acesso e o controle da terra pelas mulheres, perpetuando desigualdades de gênero no meio rural, tanto no Brasil quanto em outros contextos.

Quanto ao tamanho das propriedades estudadas, 37% possuem áreas menores que 50 hectares, 45% estão na faixa de 51 a 100 hectares, 14% possuem mais de 100 hectares, e 4% mulheres não souberam ou não quiseram informar o tamanho de suas propriedades. Comparando esse dado com o módulo fiscal dos municípios pesquisados, que varia entre 70 hectares (Medicilândia e Uruará) e 75 hectares (Altamira e Brasil Novo), observa-se que grande parte dessas propriedades se enquadra como pequenas unidades produtivas, com até 1,4 módulo fiscal.

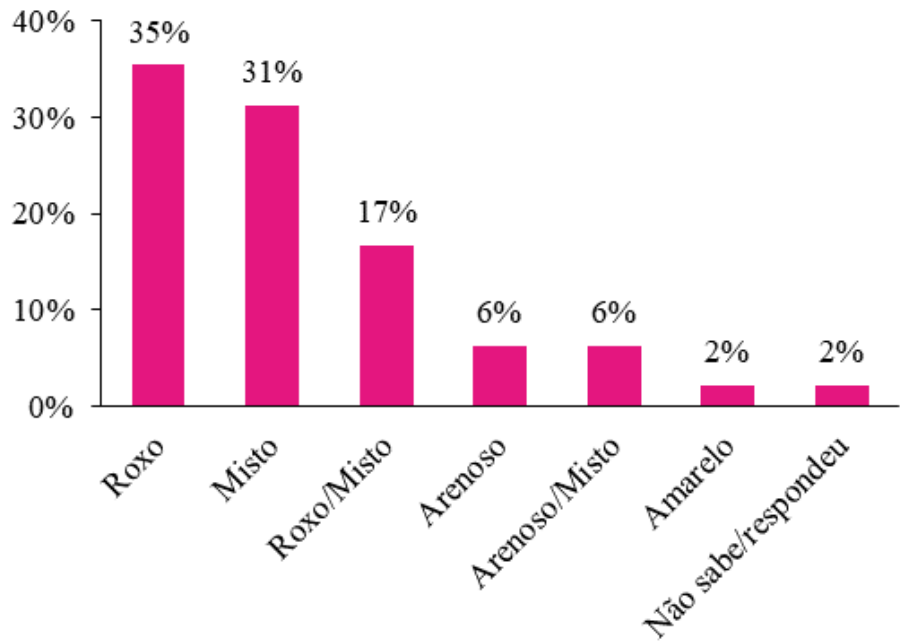
De acordo com a Lei nº 11.326/2006, esse enquadramento é compatível com a definição de agricultura familiar, que considera, entre outros critérios, a dimensão da propriedade de até quatro módulos fiscais e o uso predominante de mão de obra da própria família (Brasil, 2006). Esses resultados estão alinhados com os dados nacionais do Censo Agropecuário de 2017, que apontam que os estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres possuem, em média, 48,8 hectares, enquanto aquelas sob gestão masculina têm, em média, 94,9 hectares (IBGE, 2017). Essa diferença significativa sugere que as mulheres estão mais presentes em estabelecimentos de menor porte, o que pode estar relacionado a fatores históricos, culturais e socioeconômicos que influenciam o acesso feminino à terra.

Quando avaliada a questão ambiental das propriedades, foi identificado que 75,5% das propriedades possuem Cadastro Ambiental Rural (CAR), enquanto 18,4% não possuem e 6,1% das entrevistadas não souberam informar ou não responderam. O CAR é um registro público eletrônico de abrangência nacional que reúne as informações das propriedades e posses rurais em uma base de dados voltada ao monitoramento, planejamento ambiental e econômico, regularização ambiental e combate ao desmatamento (Brasil, 2021), portanto é um instrumento fundamental para a regularização ambiental das propriedades, possibilitando o acesso a incentivos governamentais, crédito agrícola e programas de regularização fundiária.

Nesse contexto, a adesão das mulheres ao CAR não deve ser analisada apenas sob uma ótica técnica ou documental. Sua presença, em boa parte das propriedades geridas por mulheres, indica um avanço, mas ainda é necessário considerar as desigualdades de acesso e participação enfrentadas por elas em processos de regularização. De acordo com Hora *et al.* (2021), mulheres no meio rural brasileiro costumam enfrentar mais barreiras burocráticas e institucionais para registrar suas terras e aderir a programas de regularização, seja por falta de informação, tempo ou apoio técnico. Isso reforça que a regularização ambiental, quando associada à gestão feminina, deve ser compreendida como parte do processo de reconhecimento institucional da mulher enquanto produtora e gestora da terra, e não apenas como requisito legal.

Além da regularização ambiental, as características do solo desempenham um papel essencial na produtividade das propriedades. Entre as entrevistadas, identificou-se que há uma predominância de solos classificados popularmente como roxo e misto, seguidos por combinações dessas categorias e solos arenosos (Figura 6).

**Figura 6** | Ocorrência de solos nas propriedades cacaueiras geridas por mulheres na região da Transamazônica.




Fonte: Pesquisa de campo (2023). Elaboração própria.

A predominância de solos roxos e mistos nas propriedades analisadas sugerem boas condições para o cultivo do cacau. Esses solos, caracterizados por uma boa retenção de umidade e presença de argila, são frequentemente recomendados para a cultura, pois favorecem o desenvolvimento do sistema radicular e garantem maior disponibilidade hídrica ao longo do ciclo produtivo. Em contrapartida, a presença de solos arenosos, com baixa retenção hídrica, impõe desafios significativos ao manejo, exigindo práticas que minimizem a lixiviação de nutrientes e conservem a umidade do solo (Brasil, 2020).

O cultivo do cacaueiro requer solos profundos, bem drenados e de textura argilo-arenosa (Calvi *et al.*, 2025). Em regiões com menor índice pluviométrico, solos argilosos são mais indicados, pois armazenam maior volume de água, favorecendo o crescimento radicular (Menezes *et al*., 2024). No entanto, em áreas com chuvas abundantes, essa característica pode se tornar um fator limitante, aumentando os riscos de encharcamento e exigindo estratégias de manejo específicas para melhorar a drenagem (Silva Neto, 2001).

Embora os dados desta pesquisa indiquem que muitas mulheres têm acesso a solos de boa qualidade, é importante destacar que esse cenário nem sempre se verifica em outras regiões. Segundo Spanevello *et al.* (2022), é comum que mulheres acessem terras de menor valor agronômico, herdadas ou doadas como parte de estruturas familiares marcadas por desigualdades de gênero.

Além disso, conforme destaca relatório da FAO (2023), mesmo quando as mulheres operam em condições de menor escala ou com acesso limitado a recursos produtivos, elas demonstram alta eficiência na gestão agrícola, especialmente quando contam com acesso a assistência técnica, capacitação e redes de apoio. Comparando parcelas agrícolas sob gestão feminina e masculina, Kilic, Palacios-López e Goldstein (2015) identificaram que os resultados produtivos são frequentemente similares e, em alguns casos, superiores nas parcelas lideradas por mulheres, desde que recebam apoio adequado. Os autores identificaram que, embora as mulheres operem em condições de menor acesso a insumos e ativos, o diferencial de produtividade está muito mais associado à desigualdade no uso de fatores de produção do que a uma menor capacidade de gestão por parte das agricultoras. Portanto, a qualidade do solo e o potencial produtivo das propriedades devem ser analisados em conjunto com os fatores sociais, institucionais e de gênero que moldam a atuação das mulheres como gestoras agrícolas.

As variações dos tipos de solos identificados nas propriedades podem estar diretamente relacionadas à localização geográfica e às influências ambientais dentro da região da Transamazônica. Historicamente, a aptidão agrícola da região para a produção de cacau já foi reconhecida em iniciativas governamentais (Moran, 1984). Durante a implementação do Programa Brasileiro do Cacau (PROCACAU), na década de 1970, foram mapeados aproximadamente 100 mil hectares de solos favoráveis à cacauicultura. Desses, cerca de 85 mil hectares nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará foram identificados como áreas com estrutura propícia para o cultivo do cacau (Vegro; Assunção; Silva, 2014).

Em síntese, as propriedades sob gestão das mulheres cacauicultoras da Transamazônica são, majoritariamente, de pequeno porte, adquiridas por meio de compra ou regularização fundiária, frequentemente com documentação incompleta. Embora a precariedade fundiária seja uma característica estrutural da região, que afeta produtores de diferentes perfis, seus efeitos recaem de forma mais acentuada sobre as mulheres, em razão da histórica exclusão do acesso à terra e à herança. Nesse contexto, a atuação dessas mulheres como gestoras de unidades produtivas reforça seu protagonismo na agricultura familiar, ainda que operem em sistemas marcados por limitações institucionais, técnicas e jurídicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo traçou o perfil da mulher cacauicultora da Amazônia a partir de um recorte específico da região da Transamazônica, que é o maior polo de produção de cacau da Amazônia e o maior polo de expansão da cacauicultura brasileira. Os dados revelam que essas mulheres são, em sua maioria, pardas, com mais de 60 anos, escolaridade básica, casadas ou viúvas, e vivem em núcleos familiares pequenos. Elas atuam como gestoras de pequenas propriedades cacaueiras, com área média inferior a 100 hectares, e em geral, acessam a terra por compra ou por meio de programas de regularização fundiária, ainda que boa parte não possua documentação plena de posse.

Esse retrato revela uma presença feminina marcante no campo, mas situada em um contexto de restrições estruturais que historicamente limitaram o acesso das mulheres à terra, à formação e ao reconhecimento social. As propriedades que gerenciam são, em geral, produtivas, mas funcionam em condições de vulnerabilidade, marcadas por insegurança fundiária e baixa escala de produção. A predominância de mulheres idosas indica também a necessidade de refletir sobre

os desafios de sucessão rural e permanência das gerações mais jovens na atividade agrícola. Esses achados reforçam que políticas de apoio técnico, acesso à terra e formação são indispensáveis para assegurar a continuidade da atividade e fortalecer a autonomia das mulheres rurais.

Ao caracterizar essas mulheres, este estudo contribui para torná-las visíveis dentro de um sistema produtivo marcado pela invisibilização do trabalho feminino. A partir dessas análises, evidencia-se a importância de políticas públicas efetivas que promovam acesso das mulheres a regularização fundiária, fortaleçam ações de igualdade de gênero nos espaços de tomada de decisão, garanta acesso equitativo ao crédito rural e a serviços de assistência técnica, e sejam reconhecidas a diversidade e a complexidade das trajetórias dessas mulheres na agricultura familiar da Amazônia. Este estudo oferece uma das primeiras caracterizações empíricas baseadas em dados primários sobre mulheres à frente de propriedades cacaueiras na Transamazônica, contribuindo para preencher uma lacuna pouco explorada pela literatura sobre gênero e agricultura amazônica. Mesmo sem extrapolar os dados aqui analisados, a despeito da importância regional e nacional do polo cacauicultor estudado, a caracterização apresentada oferece subsídios relevantes para futuras ações voltadas ao fortalecimento do papel das mulheres como sujeitas centrais da produção rural e da dinâmica socioeconômica regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 12 dez. 2025

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso 24 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Nota Técnica: orientações gerais sobre as bases de referência para a solução da análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural**. Brasília, DF: MAPA, 2021. Disponível em:<https://observatorioflorestal.org.br/wp-content/uploads/2024/08/icv-nota-tecnica-car.pdf>. Acesso em 12 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Cartilha de boas práticas na lavoura cacaueira no estado do Pará**. Belém: MAPA/CEPLAC, 2020. Disponível em:<https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/188>. Acesso em 15 dez. 2025.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2011. Disponível em:<https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/17-autonomia-e-cidadania-politicas-de-organizacao-produtiva-para-as-mulheres-no-meio-rural.pdf/view>. Acesso 12 out. 2025.

CALVI, Miquéias, Freitas; ALVES-JÚNIOR, Miguel; SILVA, Sandra Andréa Santos da; COSTA, José Farias; SILVA, Rainério Meireles da; FARIAS, Vivian Dielly da Silva; *et al.* **Cacau: boas práticas polo Transamazônica.** Altamira: Universidade Federal do Pará, 2025. Disponível em: https://zenodo.org/doi/10.5281/zenodo.14902986. Acesso em: 11 nov. 2025.

CALVI, Miquéias Freitas; MORAN, Emilio, F.; SILVA, Ramon, Felipe, Bicudo da; BATISTELLA, Mateus. The construction of the Belo Monte dam in the Brazilian Amazon and its consequences on regional rural labor. **Land Use Policy**, v. 90, p. 104327, 1 jan. 2020. Disponível em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719308841>. Acesso em 10 nov. 2025.

CALVI, Miquéias Freitas. **(Re)organização produtiva e mudanças na paisagem sob influência da Hidrelétrica de Belo Monte**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Disponível em:<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1095003>. Acesso em 17 nov. 2025.

CEPELLOS, Vanessa Martines. Feminization of aging: a multifaceted phenomenon beyond numerical proportions. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 61, n. 5, p. 485–497, 2021. Disponível em:<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/82273>. Acesso em 12 out. 2025.

COLLINS, Patricia. Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORREIA, Jocinara Maciel; CHIES, Claudia; FRANÇA, Fabiane. Freire O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa: UEPG, v. 11, n. 1, p. 134 151, 2020. Disponível em:<https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/pt_BR/article/view/13768>. Acesso em 12 out. 2025.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Roma, Itália, FAO, 2011. Disponível em:<https://www.fao.org/4/i2050s/i2050s00.htm>. Acesso em 11 out. 2025.

FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The status of women in agrifood systems**. Rome, 2023. Disponível em:<https://www.fao.org/gender/the-status-of-women-in-agrifood-systems>. Acesso em 15 nov. 2025.

FREIRE, Luciana Martins.; LIMA, Joselito Santiago; SILVA, Edson Vicente da. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 30, n. 3, p.

18-41, 2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/sn/a/fTTwBFM48MhVKNckWNDkB8C/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. **As mulheres no censo agropecuário 2017**. São Paulo: Friederich Ebert Stiftung, maio de 2021. Disponível em:<https://www.embrapa.br/documents/1355154/69822227/HORA%2C+NOBRE+E+BUTTO+CENSO+2017.pdf>. Acesso em 12 out. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Tabela 6887: Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado e Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, por tipologia, tipo de pessoal ocupado e grupos e classes de atividade. Brasília, 2017. Disponível em:<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6887>. Acesso em 12 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: panorama do Censo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-urbanisticas-do-entorno-dos-domicilios-nas-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em 11 nov. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA**: dezembro 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>. Acesso em 15 nov. 2025.

INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION (ICCO). **Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics**, Vol. LI, No. 2, Cocoa year 2024/25. London: ICCO, 30 maio 2025. Disponível em:<https://www.icco.org/icco-documentation/quarterly-bulletin-of-cocoa-statistics/>. Acesso em 12 out. 2025.

JOHANSEN, Igor Cavallini; CALVI, Miquéias Freitas; LUZ, Verônica Gronau; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; ARANTES, Caroline Chaves; *et al.* Poverty-Food Insecurity Nexus in the Post-Construction Context of a Large Hydropower Dam in the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 21, p. 155, 2024. Disponível em:<https://www.mdpi.com/1660-4601/21/2/155>. Acesso em 15 nov. 2025.

KILIC, Talip; PALACIOS-LÓPEZ, Amparo; GOLDSTEIN, Markus. Caught in a productivity trap: a distributional perspective on gender differences in Malawian agriculture. **World Development**, v70, p.416-463, 2015. Disponível em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X14001764>. Acesso em 10 out. 2025.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrolo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LIMA, Caroline Federicci Trevisan de, GARCIA, Janay. Invisibilidade do trabalho da mulher rural em Medicilândia/PA: impactos na aposentadoria pelo trabalho rural. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 2403–2421, 2023. Disponível em:<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11376>. Acesso em 12 dez. 2025.

LIU, Qing; MAULE, Beatrice; ZHANG, Wendong. **Of women and land: how gender affects successions and transfers of Iowa farms.** Working Paper 22-WP 631. Ames: Center for Agricultural and Rural Development, Iowa State University, jan. 2023. Disponível em:<https://www.card.iastate.edu/publications/22-wp-631>. Acesso em 10 out. 2025.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

MENEZES, Antônio José Elias Amorim; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; VENTURIERI, Adriano; CELESTINO FILHO, Pedro. Perfil socioeconômico dos produtores de cacau na região da Transamazônica – Pará. In: **CONGRESSO SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 62., 2024, Palmas – TO. Anais [...]. Palmas: SOBER, 2024. Disponível em:<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1168464/perfil-socioeconomico-dos-produtores-de-cacau-na-regiao-da-transamazonica---para>. Acesso em 15 nov. 2025.

MEUS, Albina Graciéla Aguilar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 17, e2117327, p. 01-14, 2021. Disponível em:<https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/pt_BR/article/view/17327>. Acesso em 10 out. 2025.

MONTEIRO, Elideth Pacheco; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; MARTINS, Cyntia Meireles; BRABO, Marcos Ferreira; ARAÚJO, Janayna Galvão de; et. Al. Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 13083–13108, 2023. Disponível em:<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1880>. Acesso em 10 de out. 2025.

MORAN, EMILIO F. Colonization in the Transamazon and Rondônia. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. (Orgs.). **Frontier Expansion in Amazônia.** Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 285–303.

NASCIMENTO, Beatriz Abreu do. Uma análise sobre a contextualização histórica da luta das mulheres pelo direito à terra. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, p. 1017-1036, nov. 2023. Disponível em:<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12359?articlesBySimilarityPage=18>. Acesso em 8 dez. 2025.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC**, p. 15-38, 2003.

PINHEIRO, Brenda Bayerl; OLIVEIRA, Cassiele Moreira de; SILVA, Senária de Souza; SILVA, Alessandra Maria da. Mulheres do cacau: resultados parciais das mudanças sociais promovidas por projetos para mulheres rurais no Espírito Santo, Brasil. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 60., 2022, Natal. *Anais...* Natal: SOBER, 2022. Disponível em:<https://www.even3.com.br/anais/sober2022/481025-mulheres-do-cacau--resultados-parciais-das-mudancas-socias-promovidas-por-projetos-para-mulheres-rurais-no-espiri/>. Acesso em 15 nov. 2025.

PONTES, Ana Paula Ignácio; ALENCAR, Keila Roberta de Carvalho; SOUZA, Shirlaine Moraes; MONTEIRO, Elideth Pacheco; ARAÚJO, Janayna Galvão de; *et al.* Percepção de mulheres sobre sucessão familiar rural no município de Paragominas, estado do Pará. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 2, e4818, 2024. Disponível em:<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4818>. Acesso em 11 nov. 2025.

RODRIGUES, Helder Epifane; COUTO, Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do; SILVA, Rosa de Nazaré Paes da; BRABO, Marcos Ferreira; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. *Guaju:* **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável,** v. 7, n. 2, p. 237–263, 2021. Disponível em:<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80645>. Acesso em 12 de nov. 2025.

SANTOS, Islla Rayane Bonfim; RIOS, Pedro Paulo Souza. Mulheres rurais e empoderamento feminino: vivências de estágio em espaços não escolares. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. esp. 01, e023013, 2023. Disponível em:<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18177>. Acesso em 25 nov. 2025.

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; SILVA, Sandra Andréa Santos da; FARIAS, Vivian Dielly da Silva; SILVA, Gisele Barata da; HAMID, Sheryle Santos. Demandas tecnológicas da cadeia produtiva do cacau no Território do Xingu, Estado do Pará. **Revista Agronomia Brasileira**, v. 7, p. 1-7, 2023. Disponível em:<https://www.fcav.unesp.br/Home/ensino/departamentos/cienciasdaproducaoagricola/laboratoriodematologia-labmato/revistaagronomiabrasileira/rab2023020.pdf >. Acesso em 12 out. 2025.

SCHNEIDER, Clair Odete; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino. **Interações**, Campo Grande. v. 21, n. 2, p. 245–258, 2020. Disponível em:<https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2560>. Acesso em 12 nov. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. Rompendo a inércia institucional: As mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: Sambuichi, R. H. R. *et al*. **A política agroecológica e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. Cap. 9, p 277-294. Disponível em:<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf>. Acesso em 12 out. 2025.

SILVA NETO, Paulo Júlio da (Org). **Sistema de produção de cacau para a Amazônia brasileira**. Belém, PA. CEPLAC. 2001. 125p.

SILVA, Jacilene Aguiar. Mulheres negras gaúchas: a afirmação da identidade como mecanismo de combate ao racismo. **Revista Faces de Clio**, v. 9, n. 18, 2023. Disponível em:<https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/42098>. Acesso 17 set. 2025.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; CÂMARA, Simone Bueno; ALMEIDA, Denise Marques; BOSCARDIN, Mariele. Caracterização socioprodutiva de mulheres rurais no Noroeste do RS. **Revista Grifos**, Unochapecó, v. 57, p. 145-166, 2022. Disponível em:<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6695>. Acesso em 15 out. 2025.

STADUTO, Jefferson Andrônio Ramundo; NASCIMENTO, Carlos Alves; SOUZA, Marcelino. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, p. 91-115, 2013. Disponível em:<https://ru.dgb.unam.mx/items/0bdd164c-6f52-40c6-90b4-a2c2be4e7214>. Acesso em 10 out. 2025.

TIRELLI, Claudia; PEDROSO, Adriana Martini Correa. Gênero, redes e capital social no meio rural: a experiência de grupos de mulheres no município de São Sepé-RS. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.19, n. 01, p. 20-33, 2017. Disponível em:<https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/8625>. Acesso em 12 set. 2025.

TRZECIAK, Elisangela. **Sucessão geracional em famílias cacauicultoras na Transamazônica, estado do Pará**. 2025. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2025. Disponível em:<https://posagronomia.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=146:disserta%C3%A7%C3%B5es-2024&catid=2:uncategorised&Itemid=271&lang=en>. Acesso em 10 out. 2025.

VEGRO, Celso Luís Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Roberto de; SILVA, José Roberto da. Aspectos socioeconômicos da cadeia de produção da amêndoa do cacau no eixo paraense da Transamazônica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 5-17, 2014. Disponível em:<https://iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2014/tec5-0814.pdf>. Acesso em 12 out. 2025.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



fapeti

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO






UNITAU

Universidade de Taubaté